



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A INFLUÊNCIA DA COR/RAÇA NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE PROFESSORAS NEGRAS

Cleonice Ferreira do Nascimento
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMT
cleocleon@gmail.com

Maria Lúcia Rodrigues Muller
Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMT
mlrmuller@gmail.com

Analisa-se neste artigo parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado que no momento encontra-se em andamento. O estudo refere-se à compreensão sobre a possível influência da cor/raça na carreira profissional de professoras negras da Educação Básica, especificamente aquelas que lecionam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no município de Várzea Grande/MT.

Tivemos por objetivos específicos conhecer a trajetória de vida - escolar e profissional - das docentes negras, assim como verificar o que motivou a escolha pelo magistério, as contribuições dos familiares para a escolha da profissão docente e saber qual a rede de relações estabelecidas pelas professoras durante o percurso de formação profissional.

A pesquisa foi realizada através de uma abordagem metodológica qualitativa. Segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa, nas ciências sociais, ocupa-se com uma dimensão da realidade que não pode ser quantificado, pois seu universo de trabalho envolve “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p.21).

Para a coleta de dados desta pesquisa, empregou-se a metodologia da história oral. A referida metodologia foi utilizada como instrumento de estudo por historiadores e, recentemente, o seu uso reapareceu entre os pesquisadores das ciências sociais no Brasil. A transmissão do conhecimento, da experiência de vida por meio da oralidade surgiu antes de a escrita ser inventada. Nesse sentido, o relato, atualmente denominado de história oral, “se constituiu a maior fonte humana de conservação e difusão do saber”



(QUEIROZ, 1991, p. 2). Essa autora ainda afirma que o relato oral serve de registro da memória de um indivíduo ou comunidade. Para ela, “a narrativa oral uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto” (p.5).

Segundo Thompson (1992, p. 41-44), a história oral “trata de vidas individuais - e todas as vidas são interessantes”. Ela é uma “história construída em torno de pessoas. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo”. A história oral é um tipo de pesquisa que possibilita a apreensão, através do relato oral, de experiências de um determinado indivíduo ou grupo de pessoas. Desse modo, o uso dessa metodologia permitiu-nos captar a história de vida de professoras e “registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não – conservado, o que desapareceria se não fosse anotado (...) o não – explícito, quem sabe mesmo o indizível” (QUEIROZ, 1991, p. 1-2).

A história oral por ser de natureza abrangente é composta, entre outras, pela técnica de história de vida que, “por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (QUEIROZ, 1991, p. 6). Nesse sentido, utilizou-se a técnica de entrevista por considerá-la a mais adequada para apreender as experiências de vida das mulheres professoras, sujeitos sociais desta pesquisa.

Conforme Queiroz (1991, p. 6), a entrevista é a “forma mais antiga e mais difundida de coleta de dados orais, nas ciências sociais”. É um instrumento de pesquisa importante na coleta de histórias de vida de professores/as, porque permite apreender informações sobre a realidade vivenciada pelos/as mesmos/as. No caso desta pesquisa, obter os depoimentos de professoras negras sobre suas trajetórias de vida e trabalho poderá trazer elementos significativos para a compreensão da possível influência da cor/raça nas trajetórias docentes.

Foram entrevistadas vinte professoras, mas neste artigo analisa-se a influência da cor/raça na carreira profissional de apenas cinco professoras negras. O critério de



escolha das docentes ocorreu segundo o sexo, a cor/raça¹, o nível de ensino de atuação e a cidade onde moram. Tivemos a intenção de entrevistar mulheres, negras, do ensino primário e que residem em Várzea Grande assim como a pesquisadora. Optou-se por mulheres professoras negras das séries iniciais em decorrência de o exercício do magistério ser eminentemente feminino e o ensino fundamental ocupado majoritariamente por mulheres negras.

As desigualdades raciais no Brasil são expressivas, principalmente na educação. Fenômeno semelhante ocorre no mercado de trabalho. A participação de negros em postos de trabalho de maior prestígio ainda é muito restrita, principalmente, quando se tratam das mulheres, em especial as negras, pois estas se encontram numa situação desigual em relação aos homens brancos, às mulheres brancas e aos homens negros em várias esferas da vida social. Em geral, as mulheres exercem profissões relacionadas a serviços e cuidados e com salários inferiores aos dos homens.

A forma como é estruturado o emprego no Brasil tem efeito direto na questão racial. [...] aos negros e mestiços são reservados os empregos de menor qualificação e remuneração, e que a discriminação racial da população afro-descendente preserva para os brancos as profissões de maior prestígio social, com rendimentos mais elevados (SANTOS, 2007, p.22).

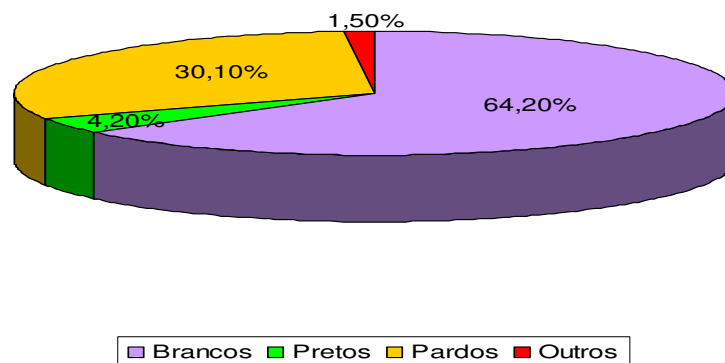
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - divulgou recentemente uma análise que evidencia o retrato das desigualdades de gênero e raça nos diferentes setores da nossa sociedade. A partir do referido estudo, nota-se que a população negra é a mais afetada pelas desigualdades sociais. Todavia, essas desigualdades são mais acentuadas quando se trata do sexo feminino e da cor preta. No mercado de trabalho, por exemplo, as mulheres negras são as que se encontram em pior situação. Isso com relação aos indicadores de desemprego, de rendimentos salariais, ocupação profissional, carteira de trabalho assinada etc.

¹ A classificação racial das professoras, realizada pela pesquisadora, teve por critério o fenótipo, ou seja, as características físicas como o tipo de cabelo, formato do nariz e dos lábios, e, principalmente a cor da pele.

No Brasil, o trabalho doméstico remunerado é predominantemente feminino, entretanto, essa ocupação profissional é desempenhada majoritariamente por mulheres negras. Em 2006, enquanto as mulheres brancas representavam 12,6% das trabalhadoras domésticas remuneradas, as negras representavam 21,7%. E ainda, o percentual de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada é maior para as mulheres brancas (30,2%) do que para as negras (23,9%) (IPEA, 2008).

No que se refere à inserção profissional das mulheres na área da educação, Teixeira (2006) revela que no Brasil a ocupação da profissão docente, no magistério, por sexo, é predominantemente feminina (81,2%) contra 18,8% de participação masculina. Por cor/raça, a educação é majoritariamente branca (64,2%), negros – incluindo pretos e pardos – (34,3%), e outros 1,5% ². O gráfico 1 permite visualizar melhor a **distribuição de professores por cor, no Brasil**.

Gráfico 1:

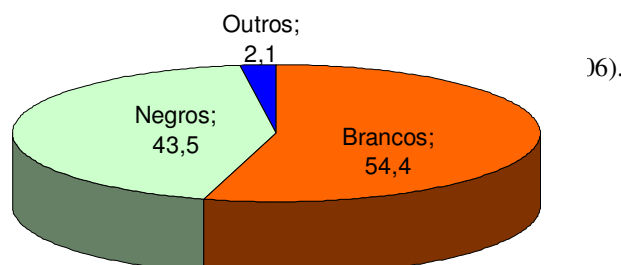


No estado de Mato Grosso (MT), a composição por sexo na categoria de professores é de 77,7% feminino e 22,3% corresponde à participação dos homens. A presença de brancos nessa categoria é de 54,4%, ao passo que os negros representam 43,5% (5,0% são pretos; 38,5% são pardos) ³. O gráfico 2 demonstra melhor a **distribuição de professores por cor no estado mato-grossense**.

Gráfico 2:

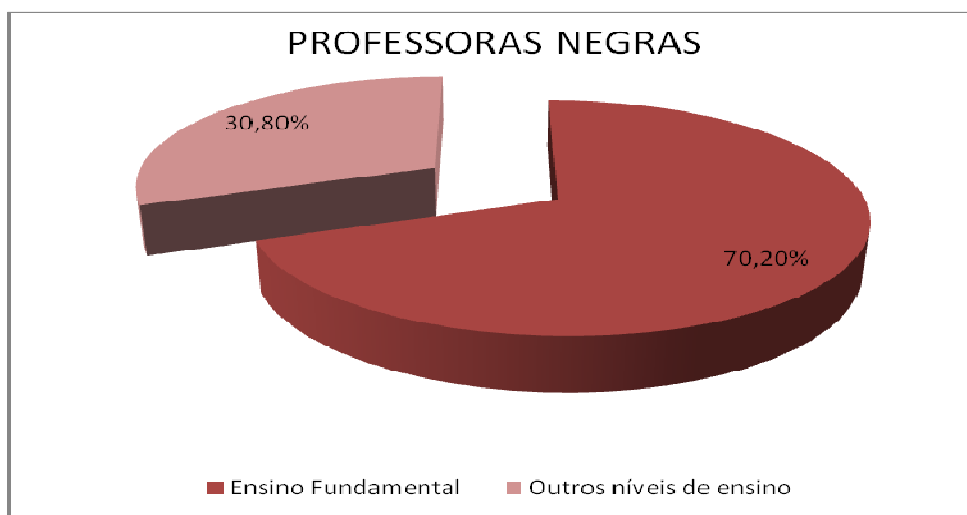
² Dados do Censo I

³ Idem nota de rodapé



O Ensino Fundamental é expressivamente feminino. Nele, as professoras negras estão em proporção maior do que as professoras brancas. À medida que aumenta o nível de ensino diminui o número de mulheres, em especial as mulheres negras. Os dados do Censo Demográfico 2000, utilizados na pesquisa de Teixeira (2006), referentes a professores por sexo e cor – Brasil, revelam que, do total de mulheres professoras negras, 70,2% concentram-se no Ensino Fundamental e do universo de mulheres professoras brancas, 53,3% ocupam esse nível de ensino. A seguir, o gráfico 3 e 4 representam essa **inserção profissional das mulheres professoras por cor/raça no Ensino Fundamental - Brasil:**

Gráfico 3.



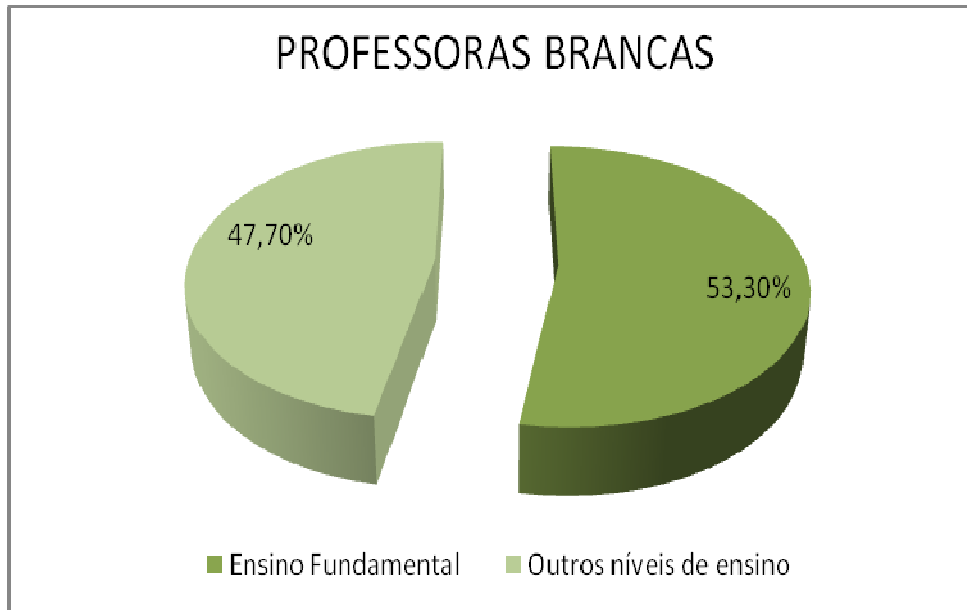


Gráfico 4.

Segundo Teixeira (2006), o ensino superior é predominantemente masculino e branco (23,3%). Homens e mulheres de cor branca neste nível de ensino “encontram-se numa condição em torno de três vezes mais que os seus parceiros do mesmo sexo negros” (p.29). Entretanto, a proporção de homens pretos e pardos é superior (8,0%) à das mulheres brancas (5,1%), esses dados revelam “um peso maior de gênero que de cor nessa categoria” (p. 29). Quanto mais elevado é o nível de ensino, maior a quantidade de professores do sexo masculino e de cor branca.

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS PROFESSORAS NEGRAS⁴

No que se refere à trajetória profissional da professora (A), no ambiente escolar, nota-se uma progressão em sua carreira. Em 2001, assim que concluiu o curso de Pedagogia, foi aprovada em um concurso municipal de Várzea Grande/MT. Desse modo, em agosto de 2002, assumiu a função de professora numa Escola Municipal de Educação Básica, com uma turma de 4ª série. No ano seguinte, em 2003, começou a trabalhar com uma turma de alfabetização e, logo, foi eleita coordenadora pedagógica da escola.

⁴ As transcrições das entrevistas foram feitas respeitando as falas de cada entrevistada. Mas foram feitas algumas explicações entre parênteses para explicar as falas.



Os professores viram que eu tinha um perfil de liderança atrelando o meu conhecimento com a prática. Embora eu estivesse iniciando no processo (na carreira docente) eu fui eleita coordenadora pedagógica. Estou nessa função até hoje. Esse ano é o meu último mandato. Já estou com dois mandatos de coordenação pedagógica e agora eu pretendo retornar à sala de aula (PROFESSORA A).

Apesar da referida mobilidade a carreira profissional da professora (A) é marcada por situações de caráter racista. Em sua trajetória como coordenadora escolar foi vítima de preconceito racial por parte de professores pelo fato de ser negra e nova na profissão e também pelos pais dos alunos que, ao chegar à escola para falar com a coordenadora, dirigiam-se sempre a uma agente administrativa branca pensando que esta fosse a coordenadora. *“Eles jamais enxergariam uma negra, de imediato, nessa posição”*.

Às vezes a discriminação por causa da cor não é explícita. Mais em certas falas do professor, do diretor [...]. Eu cheguei até de ouvir o seguinte: você negra, eu tenho mais experiência, você está nova na profissão como você vai ter mais conhecimento do que eu? Isso eu ouvi por parte de colegas professores. Eu sentia embates (expressou-se com ênfase). Existe muito isso em nossa prática, na vivência de nosso dia-a-dia (PROFESSORA A).

Nesse sentido, Müller (2006, p.50) afirma que:

Em nosso país, a cor da pele ou outros traços fenotípicos, que além da cor, são o tipo de cabelo, os traços fisionômicos, etc., são tidos como indicadores de diferenças e desigualdades. Muitas vezes quem tem a pele escura é tratado como se fosse inferior: inferior na inteligência, inferior nos valores morais.

A professora (C) também alcançou mobilidade em sua carreira profissional. É professora concursada, atuou como coordenadora e diretora em uma escola municipal, aposentou-se pela rede estadual de ensino e atualmente trabalha como professora numa escola no município de Várzea Grande. Essa professora na função de coordenadora pedagógica era bem aceita pelos docentes da escola e entre eles existia um relacionamento de respeito. Porém, quando foi eleita diretora e passou a ocupar um espaço de poder, o relacionamento dos professores com ela mudou. A professora afirmou que passou *“por um processo de discriminação ferrenha”*, após a eleição.



[...] antes de eu ser diretora eu fui coordenadora deles. Você vê a diferença. Eu era coordenadora deles e eles me aceitavam e tinham um bom relacionamento comigo. Eu não tinha problemas, porque eu os orientava pedagogicamente e eu não sentia essa distância. Então eu achei que sendo diretora eu não ia ter essa dificuldade, porque até então eu já tinha essa experiência antes com eles - já era coordenadora - tinha um bom relacionamento, orientava e eles gostavam da minha orientação pedagógica. Mas aí na direção, essa é a história, eu ia ter outra visão de chefia. Eu ia ficar num comando maior. Como coordenadora eu não estava num comando maior. A relação de poder ficou mais forte. Antes como coordenadora, apesar de ser coordenadora e estar trabalhando com eles eu não tinha o poder de comandar. Isso eu percebi, mas às vezes eu não entendia: “porque que na coordenação eu não enfrentei essa relação? Porque foi só na direção?” Porque era a questão da cor da pele. Não era conhecimento (PROFESSORA C).

No que se refere à vida profissional de professoras negras, geralmente acredita-se que elas não têm competência e capacidade intelectual para assumir cargos de chefia. Na sociedade brasileira, foi construído um ideário negativo em relação à inteligência, estética e moral do negro. A construção desse imaginário social⁵ negativo em relação à população negra subsiste até hoje em nosso país e reflete em nossas relações sociais.

Nota-se, conforme o relato das docentes (A e C), que houve uma resistência de certos professores/as em aceitá-las no cargo de coordenadora e diretora. Segundo Müller (2006), embora exista um número significativo de docentes negros “militando nas redes de ensino público, percebe-se que os melhores cargos, aqueles que propiciam a gerência, a assessoria, e a decisão, raramente são ocupados por pessoas da pele mais escura” (p.70).

No Brasil ainda existe o pensamento racista de que as mulheres negras devam exercer funções subalternas em nossa sociedade. Assim, pode-se dizer que os traços fisionômicos do negro, sobretudo a cor da pele, é uma de suas características físicas utilizadas para discriminar, para dificultar e até mesmo impedir os negros de galgar oportunidades de trabalho de prestígio social em nosso país.

⁵ Esse imaginário social, negativo, criado sobre o negro é reflexo das teorias racistas. “Por volta de 1860, [...] as teorias racistas tinham obtido o beneplácito da ciência e plena aceitação por parte dos líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa” (SKIDMORE, 1976, p. 65). Essas teorias pregavam a superioridade dos brancos em relação aos negros, indígenas e amarelos. Tal teoria entre os anos de 1870 e 1930 era aceita pela intelectualidade brasileira.



A discriminação racial aparece na trajetória profissional destas professoras como obstáculo à progressão na carreira das mesmas. Para permanecer no espaço de poder conquistado e contornar estes obstáculos raciais, as duas professoras utilizaram o conhecimento, o saber formal, científico, como estratégia, “arma”, de combate ao preconceito existente referente à sua capacidade intelectual e competência profissional.

Eu sempre procurei dá o meu retorno com conhecimento. Sempre quando alguém me questionava em alguma coisa, principalmente quando eu dirigia a sala de professor, o meu direcionamento era baseado em autor. [...] eu sentia que havia questionamentos para me colocar contra a parede, do tipo assim: vamos ver se ela sabe mesmo! (riso). [...] tinha uma professora que ela dizia assim: ah! Ela até gosta de incorporar autor. Ela achava que eu decorava livros. Quer dizer que, “o negro não tem capacidade de conhecimento”. “O negro não pode gostar de ler”, você entendeu? (PROFESSORA A).

Nada chega de graça. Você tem que aprender a conquistar o espaço e batalhar. Principalmente, os de cor. [...] Eu consegui. Por exemplo, eu trabalho, mais trabalho dominando a minha área. [...] eu tive que por uma armadura, uma roupagem para sobreviver. Do lado do conhecimento, da área pedagógica, da legislação da educação, ninguém me derrubava. Ninguém. Eu tive que fazer isso porque senão bye, bye (PROFESSORA C).

No que se refere à carreira profissional das professoras (B; D; E) podemos notar que estas ainda não ascenderam em sua profissão. A professora B não é concursada e ainda está no início da carreira, tem apenas 01 ano de atuação em sala de aula. Após concluir o curso superior encontrou dificuldades para conseguir exercer sua profissão, alegou o fato a ser recém-formada. “*Cobram experiência, mas não te dão credibilidade*” (PROFESSORA B).

Na realidade, experiência profissional essa professora tem. Ela, antes de ingressar no curso de Pedagogia já atuava como professora em uma escola particular situada num bairro periférico de Várzea Grande. Além disso, durante sua trajetória acadêmica na faculdade particular exerceu a função de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) por três anos. Desse modo, pode-se dizer que, pelos menos a pontuação em relação à prática em sala de aula e a outras atividades relacionadas à experiência profissional na escola, essa professora provavelmente tinha, para poder cumprir com os requisitos de contagem de ponto.



A falta de oportunidade, de credibilidade, a que a professora (B) se referiu pode estar ligada a sua condição de mulher negra, isto é, a questão racial, pois em nossa sociedade oportunidade de trabalho, inclusive no ambiente escolar, é negada a professoras negras. A professora (D) também pode ainda não ter alcançado mobilidade social em sua carreira por influência da cor/raça. Ela trabalhou quinze anos na função de cozinheira numa escola e há apenas 01 ano está trabalhando como contratada. “*Eu já trabalhei assim em várias escolas substituindo, mas contratada para trabalhar na escola esse é o primeiro ano*” (PROFESSORA D).

A pesquisa de Lima *et.al.* (2008), sobre história de vida de professoras negras nas escolas públicas do município de Criciúma-SC, revelou que “depois de formadas, as professoras negras ainda enfrentavam outros obstáculos, havia uma grande dificuldade em obter as vagas nos concursos públicos para trabalhar (...)” (p.130).

Percebe-se ainda que, às vezes, as vagas na função de professoras em escolas centrais são negadas por diretores/as às professoras negras e estas acabam sendo encaminhadas para trabalhar em escolas periféricas. Fato como este foi constatado na pesquisa de Leite (2006).

Nesse contexto, nota-se que as desigualdades sociais entre brancos e negros no Brasil baseiam-se à questão racial da população, além de outros fatores. Quanto mais clara for a pigmentação da pele maiores são oportunidades de assumir cargos de status e salários elevados e quanto mais escura a tonalidade da pele menos chances de tomar posse de postos de trabalhos de prestígio social. Em outros termos, a cor/raça pode determinar a posição e o lugar das pessoas em nossa sociedade. Isto porque o racismo é um dos pilares que estrutura as relações sociais em nosso país, inclusive na área da educação.

REFERÊNCIAS

LEITE, Carmem Cinira Siqueira. **Trajetórias de mulheres negras na docência Cuiabana.** (Monografia). Cuiabá/MT, 2006.

LIMA, Iolanda Manoel (Org.). Adiles Lima [et.al.] **Professoras negras do bairro Pinheirinho: o giz em movimento.** Itajaí: Casa Aberta, 2008.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2007.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Breve Recuperação Histórica da Construção de Estereótipos contra a População Negra. **Trabalhando as diferenças em Mato Grosso.** Cuiabá: EdUFMT, 2006.

_____. Estatutos Estaduais do Magistério e Discriminação Racial. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Cor e Magistério.** Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUUF, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva.** São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1991.

Retrato das desigualdades de gênero e raça - 3ª edição – Análise preliminar dos dados. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Brasília, setembro de 2008.

SANTOS, Tereza. **Trajetórias de professores universitários negros: a voz e a vida dos que trilharam.** Cuiabá: EdUFMT, 2007. Maria Lúcia Rodrigues Muller; Candida Soares da Costa (Orgs.). (Coleção Educação e Relações Raciais, vol.2).

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1976.

TEIXEIRA, Moema de Poli. A presença negra no Magistério: aspectos quantitativos. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Cor e Magistério.** Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUUF, 2006.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado - história oral.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.